

RELATÓRIO DE GESTÃO

PRESTAÇÃO DE CONTAS

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DA BAHIA - JUCEB

AUTARQUIA

Exercício da Prestação de Contas: 2022

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	03
LISTA DE TABELAS.....	04
LISTA DE QUADROS.....	05
LISTA DE GRÁFICOS.....	06
1 IDENTIFICAÇÃO E INFORMAÇÕES DA UNIDADE JURISDICIONADA (UJ).....	07
1.1 Identificação.....	07
1.2 Informações do(s) dirigente(s) máximo(s).....	07
1.3 Informações gerais.....	07
2 ÁREA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	12
2.1 Análise da execução orçamentária e financeira.....	12
3 ÁREA OPERACIONAL.....	17
3.1 Avaliação dos resultados da execução das ações orçamentárias/ compromisso(s)/programa(s).....	17
4 ÁREA ADMINISTRATIVA.....	29
4.1 Procedimentos formais da UJ.....	29
4.2 Área patrimonial.....	33
5 ÁREA DE PESSOAL.....	36
5.1 Análise da gestão de pessoal.....	36
6 CONTROLE INTERNO.....	38
7 CONTROLE EXTERNO.....	40

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

TCE	Tribunal de Contas do Estado
JUCEB	Junta Comercial do Estado da Bahia
DAF	Diretoria Administrativa Financeira
SDE	Secretaria de Desenvolvimento Econômico
DREI	Departamento de Registro Empresarial e Integração
ASTEC	Assessoria Técnica
SUDIC	Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial
CIS	Centro Industrial de Subaé
IBAMETRO	Instituto Baiano de Metrologia e Qualidade
CBPM	Companhia Baiana de Pesquisa Mineral
PROJUR	Procuradoria Jurídica
SIMPAS	Sistema Integrado de Material, Patrimônio e Serviços
SICOF	Sistema de Informações Contábeis e Financeiras
FIPLAN	Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
CET	Comissão Especial de Trabalho
COPE	Conselho de Política de Recursos Humanos
DOE	Diário Oficial do Estado
REDA	Regime Especial de Direito Administrativo
UJ	Unidade Jurisdicionada
AGE	Auditoria Geral do Estado
CGU	Controladoria Geral da União
TCU	Tribunal de Contas da União
DAM	Documento de Arrecadação Mercantil

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	Execução da receita.....	13
TABELA 2	Execução da despesa por Unidade Orçamentária (UO).....	13
TABELA 3	Execução da despesa por função.....	13
TABELA 4	Execução da despesa por programa.....	13
TABELA 5	Execução da despesa por categoria econômica e grupo de natureza da despesa.....	14
TABELA 6	Execução da despesa por elemento de despesa.....	14
TABELA 7	Execução da despesa por Unidade Gestora (UG).....	16
TABELA 8	Despesas pagas de exercícios anteriores por categoria.....	16
TABELA 9	Licitações, dispensas e inexigibilidades.....	29
TABELA 10	Contratos firmados no exercício.....	30
TABELA 11	Contratos de gestão firmados no exercício.....	30
TABELA 12	Contratos vigentes firmados em exercícios anteriores.....	30
TABELA 13	Contratos de gestão vigentes firmados em exercícios anteriores.....	30
TABELA 14	Convênios de captação	31
TABELA 15	Convênios de repasse.....	31
TABELA 16	Acordos de cooperação, termos de fomento e termos de colaboração.....	32
TABELA 17	Movimentação dos bens de consumo e permanentes.....	34
TABELA 18	Movimentação quantitativa do patrimônio imobiliário	35
TABELA 19	Pessoal por natureza da vinculação.....	36
TABELA 20	Cargos comissionados.....	37
TABELA 21-A	Evolução da despesa de pessoal sem encargos sociais.....	37
TABELA 21-B	Evolução da despesa de pessoal sem encargos sociais.....	37
TABELA 22	Detalhamento da remuneração dos diretores.....	38

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	Legislação relacionada à UJ.....	07
QUADRO 2	Principais finalidades e competências das áreas estratégicas da UJ.....	09
QUADRO 3	Evolução anual dos indicadores do(s) programa(s).....	18
QUADRO 4	Outros indicadores de desempenho utilizados pela UJ.....	19
QUADRO 5	Evolução das metas dos compromissos/programa a cargo da UJ....	20
QUADRO 6	Ações orçamentárias prioritárias por compromisso/programa a cargo da UJ.....	23
QUADRO 7	Ações orçamentárias não prioritárias por compromisso/programa, consideradas relevantes pela UJ.....	24
QUADRO 8	Demonstrativo da execução orçamentária, financeira e física das ações orçamentárias/compromisso/programa.....	25
QUADRO 9	Tomadas de contas de contratos de gestão.....	31
QUADRO 10	Tomadas de contas de convênios de repasse.....	32
QUADRO 11	Tomadas de contas de acordos de cooperação, termos de fomento e termos de colaboração.....	32
QUADRO 12	Sindicâncias e processos administrativos disciplinares.....	33
QUADRO 13	Resumo do Relatório da Comissão de Inventário de bens de consumo.....	35
QUADRO 14	Resumo do Relatório da Comissão de Inventário de bens permanentes.....	35
QUADRO 15	Movimentação de pessoal no exercício.....	38
QUADRO 16	Trabalhos de auditoria realizados no exercício pelo controle interno da UJ.....	40
QUADRO 17	Determinações/recomendações do TCE/BA.....	40
QUADRO 18	Recomendações dos demais órgãos de controle	42

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 : Evolução de Constituição de Empresas – últimos 10 anos

GRÁFICO 2 Evolução de Alteração de Empresas – últimos 10 anos

GRÁFICO 3 Evolução de Extinções de Empresas – últimos 10 anos

1 IDENTIFICAÇÃO E INFORMAÇÕES DA UNIDADE JURISDICIONADA (UJ)

1.1 IDENTIFICAÇÃO

Nome/Sigla: Junta Comercial do Estado da Bahia - JUCEB

Poder: Executivo

CNPJ: 13.574.983/0001-11

Órgão de Vinculação: Secretaria de Desenvolvimento Econômico - SDE

1.2 INFORMAÇÕES DO(S) DIRIGENTE(S) MÁXIMO(S)

Nome: Marise Prado de Oliveira Chastinet

Período de gestão: Início em Abril /2022

1.3 INFORMAÇÕES GERAIS

1.3.1 Objetivo/finalidade e legislação

A Junta Comercial do Estado da Bahia - JUCEB, com vinculação técnica ao Departamento de Registro Empresarial e Integração - DREI, tem por finalidade efetivar os serviços de Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins, consoante o disposto na Lei Federal nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, regulamentada pelo Decreto nº 1.800, de 30 de janeiro de 1996.

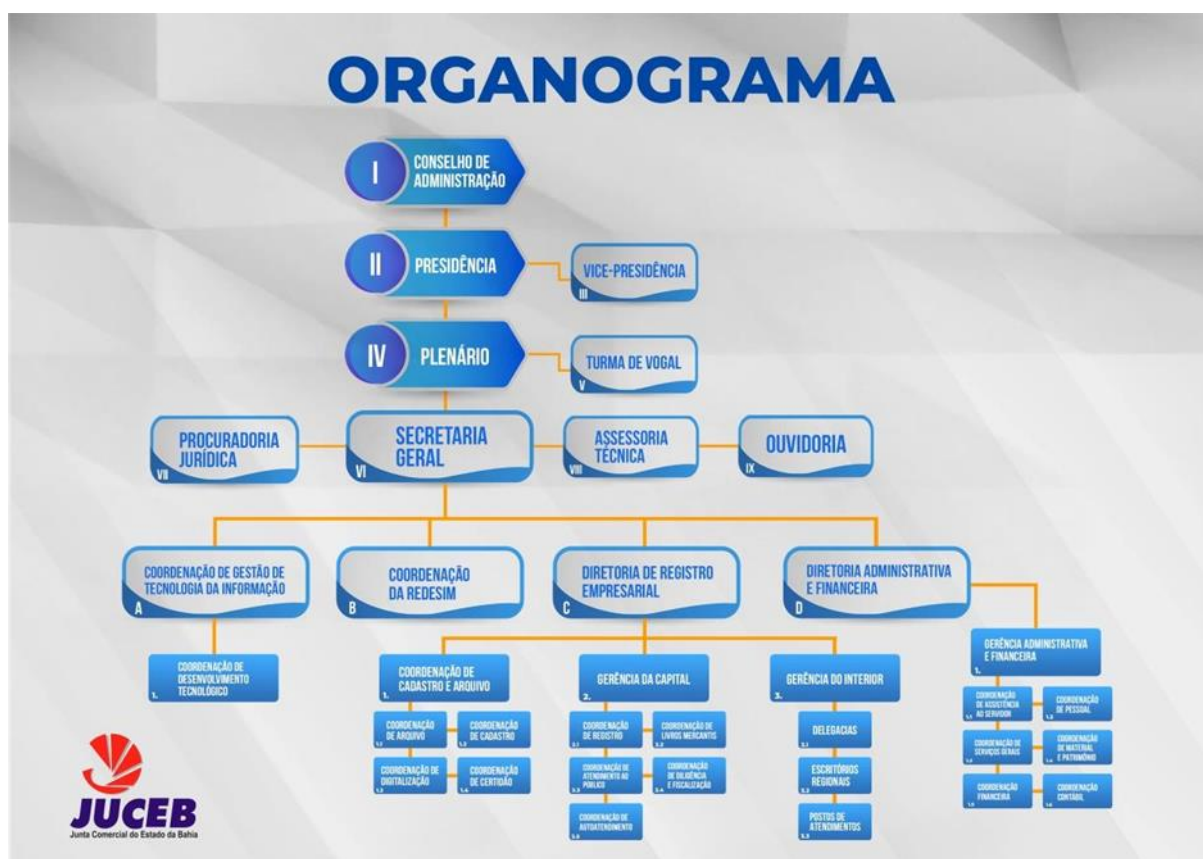
A Junta Comercial do Estado da Bahia foi criada pela Lei Delegada nº 01, de 16 de outubro de 1968, reorganizada pela Lei nº 6.962, de 15 de julho de 1996.

QUADRO 1 – Legislação relacionada à UJ

Número	Descrição
Lei Delegada nº 01 (16/10/1968)	Reestrutura, sob a forma de autarquia, a Junta Comercial do Estado da Bahia e dá outras providências.
Lei Federal nº 8.934 (18/11/1994)	Dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins e dá outras providências.
Decreto nº 1.800 (30/01/1996)	Regulamenta a Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, que dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins e dá outras providências.
Decreto nº 14.083 (08/08/2012)	Homologa a Resolução nº 017/2011 do Plenário da Junta Comercial do Estado da Bahia – Juceb.

Fonte: ASTEC/JUCEB

1.3.2 Estrutura organizacional – Organograma funcional



1.3.3 Finalidade e competências institucionais

A Junta Comercial do Estado da Bahia – Juceb tem por finalidade, efetivar os serviços de Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins, consoante o disposto na Lei Federal nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, regulamentada pelo Decreto nº 1.800, de 30 de janeiro de 1996.

Suas competências são:

- Fomentar a realização dos serviços de registro de empresas mercantis, bem como a matrícula de leiloeiros, tradutores públicos, intérpretes comerciais, trapicheiros e administradores de armazéns gerais e seu respectivo cancelamento;
- Implementar o desenvolvimento dos serviços de arquivamento dos atos relativos às sociedades mercantis, cooperativas, consórcios, grupos de sociedade e empresas mercantis estrangeiras autorizadas a funcionar no Brasil;

- Promover a realização dos serviços de arquivamento das declarações de micro empresas e de atos ou documentos que por determinação legal, sejam atribuídos ao Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins ou daqueles que possam interessar aos empresários e às empresas mercantis;
- Viabilizar a autenticação dos instrumentos de escrituração das empresas mercantis e dos agentes auxiliares do comércio, na forma da lei;
- Definir critérios para o estabelecimento dos preços referentes aos serviços prestados pela Autarquia; viabilizar a realização do processamento da habilitação e nomeação dos tradutores públicos e intérpretes comerciais;
- Processar a expedição de carteiras de exercício profissional de pessoas legalmente inscritas no Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins;
- Proceder ao assentamento dos usos e práticas mercantis e promover os meios necessários para emissão de certidões dos documentos arquivados.

QUADRO 2 – Principais finalidades e competências das áreas estratégicas da UJ

Nome da unidade	Finalidade	Principais competências
1. Plenário	2. Órgão deliberativo superior	3. Julgar os recursos interpostos das decisões definitivas, singulares ou colegiadas; Deliberar sobre o assentamento dos usos e práticas mercantis; Deliberar, por proposta do Presidente, sobre a criação de Delegacias, Escritórios Regionais ou Postos de Atendimento; Deliberar sobre as proposições de perda de mandato de Vogal ou suplente; Autorizar a aquisição, a alienação e o gravame de bens imóveis da JUCEB, obedecidas às exigências da legislação pertinente; Examinar e aprovar as propostas orçamentárias anuais e plurianuais, os orçamentos sintético e analítico, suas alterações e modificações, assim como as solicitações de créditos adicionais; Autorizar a celebração de contratos, convênios e acordos que envolvam, direta ou indiretamente, o comprometimento dos bens

		patrimoniais da JUCEB; Examinar e aprovar, anualmente, os relatórios de gestão, inclusive a prestação de contas, os demonstrativos orçamentário, financeiro e patrimonial e os relatórios de atividades da JUCEB, com vistas à verificação de resultados.
4. Presidência	5. A Presidência tem por finalidade dirigir e representar legalmente a Junta Comercial do Estado da Bahia.	6. Cumprir e fazer cumprir a legislação aplicável à JUCEB, bem como as deliberações do Plenário; Dirigir, orientar, coordenar, supervisionar e avaliar as atividades técnicas e administrativas da JUCEB. Julgar, originariamente, os atos de Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins, sujeitos ao regime de decisão singular; Despachar, independentemente de exame pelo Plenário, os processos cuja matéria tenha sido objeto de decisão do Plenário, em caráter normativo; Determinar o arquivamento de atos, mediante provocação dos interessados, dos pedidos que não tenham sido decididos nos prazos previstos em lei; Propor ao Plenário, criação de Delegacias ou Escritórios Regionais e Postos de Atendimento; Praticar os atos referentes aos agentes auxiliares do comércio na forma das Instruções Normativas, do Departamento de Registro Empresarial e Integração – DREI; Celebrar convênios com entidades públicas e privadas, sem fins lucrativos, delegando competências para desenvolver atividades funcionais, inclusive de Delegacias, Escritórios Regionais e Postos de Atendimento; Presidir as Sessões Plenárias.
7. Vice-Presidência	8. A Vice-Presidência tem por finalidade prestar assistência ao Presidente no desempenho das suas atribuições,	9. Assistir o Presidente na definição das diretrizes da Entidade e na formulação do seu programa de trabalho; Auxiliar e substituir o Presidente em suas faltas e impedimentos; Efetuar correição permanente dos serviços da Junta Comercial,

10. Secretaria Geral	11. A Secretaria Geral tem por finalidade coordenar, supervisionar e fiscalizar a execução do registro e da administração da JUCEB.	12. Promover o controle sobre os prazos recursais e a inclusão, na pauta das sessões, dos processos de recursos a serem apreciados pelo Plenário; Supervisionar e fiscalizar a execução dos serviços de registro e de administração da JUCEB; Assinar as certidões expedidas ou designar servidor da JUCEB para esse fim; Representar a JUCEB, quando designado pelo Presidente, em atividades e assuntos referentes aos serviços de Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins.
13. Diretoria Administrativo-Financeira	14. À Diretoria Administrativa e Financeira, que tem por finalidade executar as atividades de administração geral, orçamentária, contábil e financeira, bem como de assistência ao servidor.	15. Coordenar e acompanhar o suprimento, aplicação e manutenção do pessoal da JUCEB; Coordenar a organização e manutenção dos registros relativos a pessoal; Controlar receitas e despesas orçamentárias e extra orçamentárias, mantendo a Presidência informada com dados atualizados; Coordenar e supervisionar a elaboração de balancetes e balanços orçamentários, financeiros e patrimoniais, bem como dos demonstrativos contábeis necessários à prestação de contas da JUCEB.
16. Diretoria de Registro Empresarial	17. À Diretoria de Registro Empresarial, tem por finalidade dirigir, supervisionar e controlar as atividades relativas ao Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins.	18. Coordenar a condução dos processos relativos aos atos das empresas mercantis; Exercer a orientação e supervisão dos procedimentos relativos à autenticação dos livros mercantis; Coordenar, orientar e controlar a execução da implantação e funcionamento das Delegacias, dos Escritórios Regionais e dos Postos de Atendimento, bem como as atividades empreendidas pelos mesmos; Acompanhar o desenvolvimento das atividades das respectivas Delegacias, Escritórios Regionais e Postos de Atendimento, com vista ao

		cumprimento das normas definidas pelo Plenário; Controlar, distribuir internamente e remeter ao local de origem os documentos procedentes das Delegacias, Escritórios Regionais e Postos de Atendimento.
19. Coordenação de Gestão de Tecnologia da Informação	20. A Coordenação de Gestão de Tecnologia da Informação, que desempenha as atividades de tecnologia da informação, no âmbito da JUCEB, em articulação com a Coordenação de Modernização/Diretoria Geral da Secretaria de Desenvolvimento Econômico – SDE, e com o Departamento de Registro Empresarial e Integração – DREI.	21. Implementar, expandir e consolidar a tecnologia da informação como instrumento técnico gerencial em toda Entidade; Desenvolver e modernizar sistemas informatizados, dentro de um plano diretor previamente estabelecido; Coordenar os projetos e serviços de informática contratados a terceiros; Prestar apoio aos usuários na utilização de recursos computacionais.

Fonte: ASTEC/JUCEB

2 ÁREA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

2.1 Análise da execução orçamentária e financeira

Contemplando inicialmente R\$25.162.000,00 (vinte e cinco milhões, cento e sessenta e dois mil reais), considerando todos os Projetos e Atividades na Destinação de Recurso (0.213.000.000), o orçamento foi finalizado com o mesmo valor inicial de R\$25.162.000,00 (vinte e cinco milhões, cento e sessenta e dois mil reais). Deste total foi empenhado a soma de R\$23.412.941,03 (vinte e três milhões, quatrocentos e doze mil, novecentos e quarenta e um reais e três centavos), liquidado R\$23.269.696,52 (vinte e três milhões, duzentos e sessenta e nove mil, seiscentos e noventa e seis reais e cinquenta e dois centavos) e pago R\$23.010.806,59 (vinte e três milhões, dez mil, oitocentos e seis reais e cinquenta e nove centavos). O resultado demonstra que a JUCEB executou 93,04% do seu orçamento original. A receita prevista para o exercício de 2022 foi de R\$25.162.000,00 (vinte e cinco milhões, cento e sessenta e dois mil reais) e sua realização foi no valor de R\$36.508.141,82 (trinta e seis milhões, quinhentos e oito

mil, cento e quarenta e um reais e oitenta e dois centavos), representando um acréscimo aproximado 45,09%.

TABELA 1 – Execução da receita

R\$1,00

Fonte		Previsto	Atual	Realizado
Código	Descrição			
15301	JUCEB	25.162.000	25.162.000	36.508.141
Total		25.162.000	25.162.000	36.508.141

Fonte: DAF/FIPLAN

TABELA 2 – Execução da despesa por Unidade Orçamentária (UO)

R\$1,00

Unidade Orçamentária		Orçado		Empenhado	Liquidado	Pago	Descentralização Concedida
Código	Descrição	Inicial	Atual				
15301	JUCEB	25.162.000	25.161.000	23.412.941	23.269.696	23.010.806	2.239.181
Total		25.162.000	25.161.000	23.412.941	23.269.696	23.010.806	2.239.181

Fonte: DAF/FIPLAN

TABELA 3 – Execução da despesa por função

R\$1,00

Função		Orçado		Empenhado	Liquidado	Pago
Código	Descrição	Inicial	Atual			
Código da Unidade Orçamentária:						
3.15.15301.23	Comércio e Serviços	24.782.000	24.727.000	23.018.640	22.875.396	22.616.506
3.15.15301.28	Encargos Especiais	380.000	435.000	394.300	394.300	394.300
Total		25.162.000	25.162.000	23.412.941	23.269.696	23.010.806

Fonte: DAF/FIPLAN

TABELA 4 – Execução da despesa por programa

R\$1,00

Programa		Orçado		Empenhado	Liquidado	Pago
Código	Descrição	Inicial	Atual			
Código da Unidade Orçamentária:						
3.15.15301.302	Cultura	20.000	5.000	0	0	0

3.15.15301.303	Desenvolvimento Produtivo	240.000	301.000	227.283	227.283	227.283
3.15.15301.308	Inclusão Socioproductiva e Mundo do Trabalho	90.000	70.000	47.612	47.612	47.612
3.15.15301.315	Gestão Governamental	2.510.000	2.892.000	2.560.010	2.560.010	2.560.010
3.15.15301.502	Ações de Apoio Administrativo do Poder Executivo	21.922.000	21.459.000	20.183.735	20.040.490	19.781.600
3.15.15301.900	Operação Especial do Poder Executivo	380.000	435.000	394.300	394.300	394.300
Total		25.162.000	25.162.000	23.412.941	23.269.696	23.010.806

Fonte: DAF/FIPLAN GERENCIAL WEB

TABELA 5 – Execução da despesa por categoria econômica e grupo de natureza da despesa

R\$1,00

Categoria econômica/ Grupo		Orçado		Empenhado	Liquidado	Pago
Código	Descrição	Inicial	Atual			
Código da Unidade Orçamentária:						
3.15.1530 1.3	Despesa corrente	22.792.000	22.342.000	20.852.930	20.709.686	20.450.796
3.15.1530 1.3.1	Pessoal e Encargos Sociais	12.545.000	12.541.000	12.215.579	12.215.579	12.113.723
3.15.1530 1.3.3	Outras Despesas Correntes	10.247.000	9.801.000	8.637.351	8.494.107	8.337.073
3.15.1530 1.4	DESPESA DE CAPITAL	2.370.000	2.820.000	2.560.010	2.560.010	2.560.010
3.15.1530 1.4.4	Investimentos	2.370.000	2.820.000	2.560.010	2.560.010	2.560.010
Total	25.162.000	25.162.000	23.412.941	23.269.696	23.010.806	

Fonte: DAF/FIPLAN

TABELA 6 – Execução da despesa por elemento de despesa

R\$1,00

Elemento de despesa		Orçado		Empenhado	Liquidado	Pago
Código	Descrição	Inicial	Atual			
Código da Unidade Orçamentária:						
3.15.15301.04	Contratação por Tempo Determinado	8.000	4.000	0	0	0

3.15.1530 1.08	Outros Benefícios Assistenciais do Servidor e do Militar	9.000	12.000	9.534	9.534	9.534
3.15.1530 1.11	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	10.090.000	10.220.000	10.105.767	10.105.767	10.077.591
3.15.1530 1.13	Obrigações Patronais	2.400.000	2.220.000	2.034.677	2.034.677	1.960.997
3.15.1530 1.14	Diárias Civil	75.000	56.500	46.340	46.340	46.340
3.15.1530 1.16	Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	45.000	95.000	75.134	75.134	75.134
3.15.1530 1.30	Material de Consumo	171.000	84.000	68.112	68.112	68.112
3.15.1530 1.31	Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras	30.000	30.000	0	0	0
3.15.1530 1.33	Passagens e Despesas com Locomoção	140.000	106.000	60.247	60.247	60.247
3.15.1530 1.35	Serviços de Consultoria	5.000	1.000	0	0	0
3.15.1530 1.36	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	902.000	970.000	896.921	896.921	896.449
3.15.1530 1.37	Locação de Mão de Obra	1.200.000	1.215.000	1.204.387	1.098.784	1.082.845
3.15.1530 1.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	3.186.000	2.794.500	2.205.001	2.169.125	2.028.502
3.15.1530 1.40	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica	1.755.000	1.965.497	1.789.767	1.788.001	1.788.001
3.15.1530 1.41	Contribuições	119.000	119.000	116.426	116.426	116.426
3.15.1530 1.46	Auxílio – Alimentação	1.800.000	1.640.000	1.546.060	1.545.060	1.545.060
3.15.1530 1.47	Obrigações Tributárias e Contributivas	521.000	546.000	521.038	521.038	521.038
3.15.1530 1.49	Auxílio – Transporte	306.000	202.000	132.440	132.440	132.440
3.15.1530 1.51	Obras e Instalações	2.200.000	2.000.000	1.999.986	1.999.986	1.999.986
3.15.1530 1.52	Equipamento e Material Permanente	170.000	820.000	560.024	560.024	560.024

3.15.1530 1.91	Sentenças Judiciais	30.000	60.000	40.572	40.572	40.572
3.15.1530 1.92	Despesas de Exercícios Anteriores	0	1.502	1.502	1.502	1.502
Total		25.162.000	25.162.000	23.412.941	23.269.696	23.010.806

Fonte: DAF/FIPLAN

TABELA 7 – Execução da despesa por Unidade Gestora (UG)

R\$1,00

Unidade Gestora		Empenhado	Liquidado	Pago	Descentralização recebida
Código	Descrição				
3.15.15301. 0001	JUCEB	21.187.256	21.060.741	20.874.076	16.700
Total		21.187.256	21.060.741	20.874.076	16.700

Fonte: DAF/FIPLAN GERENCIAL WEB

TABELA 8 – Despesas pagas de exercícios anteriores por categoria

R\$1,00

Unidade Gestora		Categoria ⁽¹⁾			
Código	Descrição	Despesas de exercícios encerrados ⁽²⁾	Restos a Pagar com prescrição interrompida ⁽³⁾	Compromissos reconhecidos pela autoridade competente ⁽⁴⁾	Total
3.15.15301	JUCEB	1.502			1.502
Total		1.502			1.502

Fonte: DAF/FIPLAN

Notas:

⁽¹⁾ Conforme Decreto nº 181-A, de 09/07/1991.

⁽²⁾ Despesas para as quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-las, que não se tenham processado na época própria.

⁽³⁾ São aqueles cancelados, mas ainda vigente o direito do credor.

⁽⁴⁾ Os compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício são aqueles cuja obrigação de pagamento foi criada em virtude de lei, mas somente reconhecido o direito do reclamante após o encerramento do exercício correspondente.

3. ÁREA OPERACIONAL

Durante o exercício de 2022, a Junta Comercial do Estado da Bahia – JUCEB, através da PAOE 5346 - Apoio a Implantação do Sistema Integrador Estadual do Registro Público -, desenvolveu ações para a execução da Meta 1- Ampliar a quantidade de municípios integrados a Rede Nacional para Simplificação do registro e da legalização de Empresas e Negócios, proposto no Programa 303 – Desenvolvimento Produtivo, no Compromisso 2, constantes do PPA vigente, 2020-2023, de forma eficaz e satisfatória, em conformidade ao planejado para o ano do PPA(2022), considerando os aspectos de eficácia, eficiência, economia e efetividade. Ainda, destaca-se que durante o ano exercício de referência o mundo continuava o enfrentamento das consequências da pandemia gerada pelo Covid-19. Em conclusão, durante o ano de 2022, foram integrados a REDE Nacional de Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios, 29 (vinte e nove) novos municípios. Sendo: Abaíra, Andaraí, Barro Preto, Belmonte, Caldeirão Grande, Itagimirim, Lençóis, Livramento De Nossa Senhora, Maraú, Piatã, Pidobaçu, Crisópolis, Paripiranga, Itagibá, Itapitanga, Palmeiras, Nordestina, Jiquiriça, Muritiba, Botuporã, Riacho De Santana, Serra Dourada, Novo Triunfo, Ipupiara, Conde, Jaguaripe, Gandu, Itaquara e Cabaças Do Paraguaçu. Para tanto, foram executados 75,76 %, do orçado para o exercício, o que significa que foram destinados R\$ 227.283,25 (duzentos e vinte e sete mil, duzentos e oitenta e três reais e vinte e cinco centavos) do valor inicial para ano exercício de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

3.1 Avaliação dos resultados da execução das ações orçamentárias/compromisso(s)/programa(s):

3.1.1 Avaliação dos resultados dos indicadores

Consoante ao pactuado no PPA 2020-2023, dessa autarquia, não foi adotado indicador de resultados de programa e/ou de desempenho.

QUADRO 3 – Evolução anual dos indicadores do(s) programa(s)

Indicador ⁽¹⁾	Unidade de medida	Índice de referência	Data de referência	Aferido				Índice esperado quadriênio (PPA 2020-2023)
				1º ano (2020)	2º ano (2021)	3º ano (2022)	4º ano (2023)	
Programa								
Programa								

Fonte: ASTEC/ FIPLAN/PPA2020-2023

Notas:

⁽¹⁾ Indicadores publicados no Plano Plurianual (PPA).

QUADRO 4 – Outros indicadores de desempenho utilizados pela UJ

Outros Indicadores utilizados ⁽¹⁾	Unidade de medida	Índice de referência	Data de referência	Aferido			
				1º ano (2020)	2º ano (2021)	3º ano (2022)	4º ano (2023)
Programa							
Programa							

Fonte: ASTEC

Nota: **NÃO OCORRÊNCIA**

⁽¹⁾ Outros indicadores, que não estão no PPA, utilizados pela UJ para avaliação de desempenho.

3.1.2 Avaliação dos resultados das metas dos compromissos

Junta Comercial do Estado da Bahia está realizando diversos esforços com o objetivo de integrar a totalidade dos municípios da Bahia ao Sistema REGIN, com o intuito de trazer melhorias ao ambiente institucional, legal, social, mercadológico e tecnológico, porém o cenário dos últimos anos têm sido desafiadores, visto a Pandemia mundial e as diversas medidas restritivas que ocorreram ao longo do triênio referentes ao PPA (2020-2023) o que afetou diretamente o processo de implantação do Sistema nos Municípios, já que se faz necessário a deslocação da equipe e ainda a necessidade de aglomerar um número significativo de servidores a serem capacitados. No entanto, os 224 municípios integrados representam 88,83% das PJ ativas.

QUADRO 5 – Evolução das metas dos compromissos/programa a cargo da UJ

Programa: 303–Desenvolvimento Produtivo										
Compromisso: Fomentar o empreendedorismo e as micro e pequenas empresas por meio da melhoria do ambiente institucional, legal, social, mercadológico e tecnológico.										
Meta: 1 - Ampliar a quantidade de municípios integrados a Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios										
Valor de alcance PPA (2020-2023) original:		Valor de alcance PPA (2020-2023) revisado em 2020:		Valor de alcance PPA (2020-2023) revisado em 2021:		Valor de alcance PPA (2020-2023) revisado em 2022:		Valor de alcance PPA (2020-2023) revisado em 2023:		
Regionalização ⁽¹⁾	Unidade de medida	1º ano (2020)		2º ano (2021)		3º ano (2022)		4º ano (2023)		PPA (2020-2023)
		Planejado ⁽²⁾	Apurado	Planejado ⁽²⁾	Apurado	Planejado ⁽²⁾	Apurado	Planejado ⁽²⁾	Apurado	Apurado no quadriênio
9900 – Estado	Un	08	05	26	22	86	51			

Fonte: FIPLAN/ Relatório M&A 100

Notas:

⁽¹⁾ A regionalização corresponde à área de abrangência da Meta tal qual descrita no PPA (Estado ou Território de Identidade).

⁽²⁾ As informações anuais relativas à previsão das metas são aquelas estabelecidas gerencialmente pela UJ e apresentadas no FIPLAN (Referência: Relatório M&A 100).

3.1.3 Avaliação da execução dos compromissos e dos resultados das ações orçamentárias

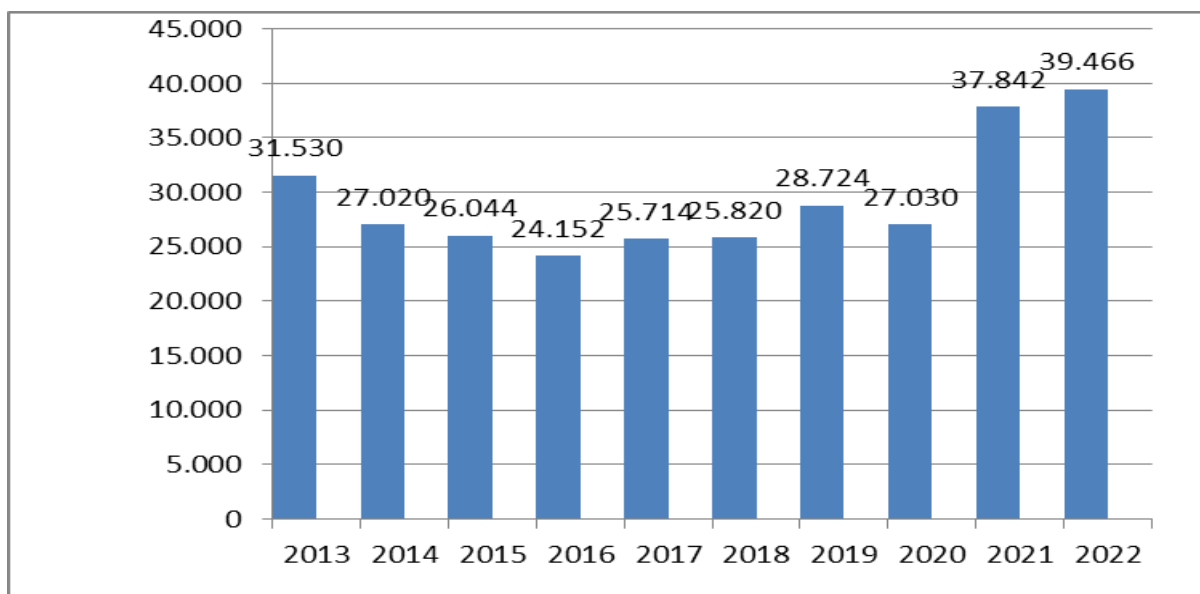
A Junta Comercial do Estado da Bahia está realizando ações contínuas e intensivas para aprimorar a prestação dos serviços oferecidos à sociedade. No ano exercício de 2022, atendendo ao PPA realizou ações diversas considerando os aspectos de eficácia, eficiência, economia e efetividade. Apesar do referido ano exercício ainda enfrentar consequências da pandemia gerada pelo Covid-19 e continuar defrontando-se com medidas restritivas a JUCEB continua apresentando números recordes para sua história.

A JUCEB vem adotando ações de simplificação e desburocratização com o objetivo de facilitar e fomentar o processo de legalização de empresas em todo o Estado da Bahia. O número de empresas e microempresas abertas em 2022 somam o número de 192.461 (cento e noventa e duas mil, quatrocentas e sessenta e uma) o que coloca o Estado em 1º lugar do Nordeste no número de empresas abertas.

Outro importantíssimo dado apresentado pela Junta, no citado exercício, foi a significativa redução no tempo médio de abertura de empresas, que saiu de 5 dias e 14 horas em janeiro, para apenas 14 horas em dezembro, conforme dados fornecidos pela Receita Federal no site do GOV, fazendo assim com que a Bahia abandonasse o último lugar e passasse a ocupar a terceira colocação no Ranking Nacional, demonstrando a efetividade dos recursos orçamentários, financeiros e técnicos aplicados para a informatização e aperfeiçoamento do órgão.

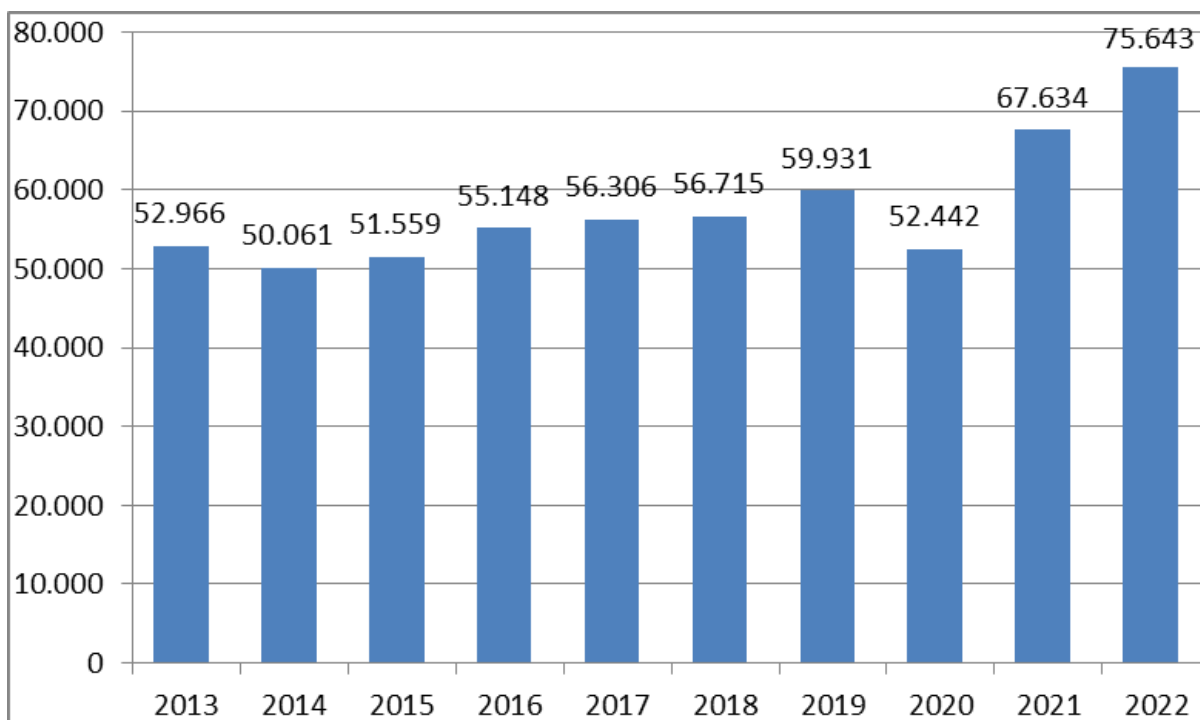
Esses resultados também podem ser apreciados nos quantitativos de protocolos de processos de abertura, alteração e fechamento de empresas, que atingiram em 2022 os maiores números desde a fundação da Juceb, com 39.466 empresas abertas, 75.643 alterações de empresas já abertas e 24.918 extinções. Seguem abaixo gráficos evolutivos dos últimos 10 anos.

Evolução de Constituição de Empresas – últimos 10 anos



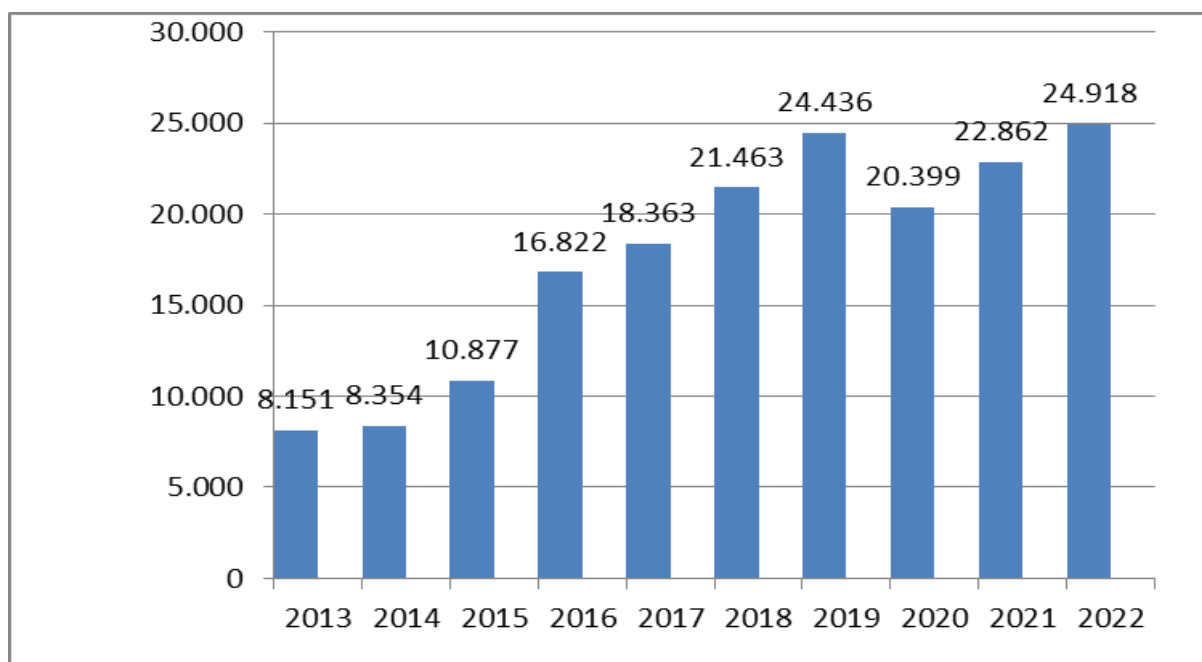
Fonte: Astec/CGTI

Evolução de Alteração de Empresas – últimos 10 anos



Fonte: Astec/CGTI

Evolução de Extinções de Empresas – últimos 10 anos



Fonte: Astec/CGTI

QUADRO 6 – Ações orçamentárias prioritárias por compromisso/programa a cargo da UJ (por unidade orçamentária)

Unidade Orçamentária (UO): 15301	
Programa: Inclusão Socioprodutiva e Mundo do Trabalho	Código: 308
Compromisso⁽¹⁾: 2- Promover a inserção no mundo do trabalho de estudantes e egressos da educação profissional técnica de nível médio pública estadual e da educação superior, com a garantia de direitos e relações de trabalho decentes, em especial das questões de raça, etnia, gênero e pessoas com deficiência.	
Iniciativa: Disponibilizar vagas para estágio em órgãos estaduais.	
Ações orçamentárias prioritárias⁽²⁾	
Código	Descrição
4131	Administração de Bolsa Estágio de Nível Superior – Partiu Estágio/ Mais Futuro

Fonte: Fiplan, menu Relatórios – Planejamento – Relatório de Monitoramento e Avaliação – Acompanhamento 2020-2023 – M&A 004.

Nota:

⁽¹⁾ Apenas os compromissos que tenham ações prioritárias.

⁽²⁾ Ações orçamentárias com indicativo de prioridade.

QUADRO 7 – Ações orçamentárias não prioritárias por compromisso/programa, consideradas relevantes pela UJ (por unidade orçamentária)

Unidade Orçamentária (UO): 15301	
Programa: Gestão Governamental	Código: 315
Compromisso⁽¹⁾: 13- Aperfeiçoar a gestão do acervo patrimonial do Estado, com ênfase na manutenção, qualificação e racionalização da utilização dos bens imóveis e das obras e serviços de engenharia nos prédios públicos e na disponibilização de adequada infraestrutura para o funcionamento das unidades administrativas.	
Iniciativa: 10 -Prover infraestrutura física de prédios públicos do Poder Executivo	
Ações orçamentárias não prioritárias, consideradas relevantes pela UJ⁽²⁾	
Código	Descrição
7854	Recuperação de Edifício Público
Unidade Orçamentária (UO): 15301	
Programa: Desenvolvimento Produtivo	Código: 303
Compromisso: 2- Fomentar o empreendedorismo e as micro e pequenas empresas por meio da melhoria do ambiente institucional, legal, social, mercadológico e tecnológico.	
Iniciativa: 1- Instalar o sistema integrador Registro Empresarial (Regin).	
Ações orçamentárias não prioritárias, consideradas relevantes pela UJ	
Código	Descrição
5346	Apoio a Implantação do Sistema Integrador Estadual do registro público Mercantil.
Unidade Orçamentária (UO): 15301	
Programa: Gestão Governamental	Código: 315
Compromisso: 8 - Aperfeiçoar a gestão de pessoas, com ênfase na qualificação e capacitação continuada dos servidores, no reconhecimento e incorporação de competências, na gestão e desenvolvimento de carreiras, na gestão do conhecimento e no provimento de adequadas condições de trabalho e valorização do servidor.	
Iniciativa: 16 - Promover a qualificação dos servidores e empregados públicos	
Ações orçamentárias não prioritárias, consideradas relevantes pela UJ	
Código	Descrição
3529	Capacitação de servidor e Empregado público do Estado
Unidade Orçamentária (UO): 15301	
Programa: Gestão Governamental	Código: 315
Compromisso: 12- Promover a melhoria continua da qualidade dos serviços públicos, por meio da inovação tecnológica e modernização, com ênfase na compreensão das demandas sociais, simplificação dos processos e personalização do atendimento.	
Iniciativa: 11 - Promover a modernização administrativa dos órgãos e entidades públicos.	
Ações orçamentárias não prioritárias, consideradas relevantes pela UJ	
Código	Descrição
7950	Modernização de Órgão Público.

Fonte: FIPLAN/Relatório de Monitoramento e Avaliação/Acompanhamento/2020-2023/M&A 004

Nota:

⁽¹⁾ Apenas os compromissos que tenham ações não prioritárias, consideradas relevantes pela UJ.

⁽²⁾ Ações orçamentárias sem indicativo de prioridade, porém consideradas relevantes pela UJ.

QUADRO 8 – Demonstrativo da execução orçamentária, financeira e física das ações orçamentárias/compromisso/programa

Unidade Orçamentária (UO): 15301											
Programa: 315- Gestão Governamental											
Compromisso: 13- Aperfeiçoar a gestão do acervo patrimonial do Estado, com ênfase na manutenção, qualificação e racionalização da utilização dos bens imóveis e das obras e serviços de engenharia nos prédios públicos e na disponibilização de adequada infraestrutura para ofuncionamento das unidades administrativas.											
Unidade Setorial de Planejamento (USP): JUCEB											
Execução Física							Execução Orçamentária e Financeira				
Ação ⁽¹⁾ (Código e descrição)	Produto	Unidade de medida	Previsto Inicial	Previsto Atual	Em Execução	Concluído	Orçado inicial (R\$)	Orçado atual (R\$)	Empenhad o (R\$)	Liquidado (R\$)	Pago (R\$)
7854 - Recuperaçã o deEdifício Público	Edifício Público recuperado	Un	1	1	1	0	800.000,00	800.000,00	207.350,00	207.350,00	207.350,00
Iniciativa(s): 10 - Prover infraestrutura física de prédios públicos do Poder Executivo											
Unidade Orçamentária (UO): 15301											
Programa: 303- Desenvolvimento Produtivo											
Compromisso: 12 - Promover a melhoria contínua da qualidade dos serviços públicos, por meio da inovação tecnológica e modernização, com ênfase na compreensãodas demandas sociais, simplificação dos processos e personalização do atendimento.											
Unidade Setorial de Planejamento (USP): 2- Assessoria Técnica											
Execução Física							Execução Orçamentária e Financeira				
Ação ⁽¹⁾ (Código e descrição)	Produto	Unidade de medida	Previsto Inicial	Previsto Atual	Em Execução	Concluído	Orçado inicial (R\$)	Orçado atual (R\$)	Empenhad o (R\$)	Liquidado (R\$)	Pago (R\$)
5346- Apoio a Implantação do Sistema Integrador estadual do registro Público do Registro Público Mercantil	Sistema REGIN implantado	Un	70	70			300.000,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00
Iniciativa(s):											

Unidade Orçamentária (UO): 15301											
Programa: 315 –Gestão Governamental											
Compromisso: Aperfeiçoar a gestão de pessoas, com ênfase na qualificação e capacitação continuada dos servidores, no reconhecimento e incorporação de competências, na gestão e desenvolvimento de carreiras, na gestão do conhecimento e no provimento de adequadas condições de trabalho e valorização do servidor.											
Unidade Setorial de Planejamento (USP): 2- Assessoria Técnica											
Execução Física							Execução Orçamentária e Financeira				
Ação ⁽¹⁾ (Código e descrição)	Produto	Unidade de medida	Previsto Inicial	Previsto Atual	Em Execução	Concluído	Orçado inicial (R\$)	Orçado atual (R\$)	Empenhado (R\$)	Liquidado (R\$)	Pago (R\$)
3529- Capacitação de Servidor e Empregado Público do Estado.	Evento de capacitação	Un	6	6	0	4	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00
Iniciativa(s): 16 - Promover a qualificação dos servidores e empregados públicos.											
Compromisso: 12 - Promover a melhoria contínua da qualidade dos serviços públicos, por meio da inovação tecnológica e modernização, com ênfase na compreensão das demandas sociais, simplificação dos processos e personalização do atendimento.											
Unidade Setorial de Planejamento (USP): 2- Assessoria Técnica											
Execução Física							Execução Orçamentária e Financeira				
Ação ⁽¹⁾ (Código e descrição)	Produto	Unidade de medida	Previsto Inicial	Previsto Atual	Em Execução	Concluído	Orçado inicial (R\$)	Orçado atual (R\$)	Empenhado (R\$)	Liquidado (R\$)	Pago (R\$)
7950 - Modernização de Órgão Público	Órgão público modernizado	Un	1	1	1	0	800.000,00	800.000,00	207.350,00	207.350,00	207.350,00
Iniciativa(s): 11 - Promover a modernização administrativa dos órgãos e entidades públicos.											
Compromisso: 8 - Aperfeiçoar a gestão de pessoas, com ênfase na qualificação e capacitação continuada dos servidores, no reconhecimento e incorporação de competências, na gestão e desenvolvimento de carreiras, na gestão do conhecimento e no provimento de adequadas condições de trabalho e valorização do servidor.											
Unidade Setorial de Planejamento (USP): 2 - Assessoria Técnica											
Execução Física							Execução Orçamentária e Financeira				
Ação ⁽¹⁾ (Código e descrição)	Produto	Unidade de medida	Previsto Inicial	Previsto Atual	Em Execução	Concluído	Orçado inicial (R\$)	Orçado atual (R\$)	Empenhado (R\$)	Liquidado (R\$)	Pago (R\$)
5028 - Concessão	Prêmio concedido a	Un	30	30	0	0	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00

de Prêmio por Desempenh o a Servidor Público	servidor										
--	----------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Iniciativa(s): Implementar estratégias compartilhadas de reconhecimento e valorização do servidor.

Unidade Orçamentária (UO): 15301

Programa: 302-Cultura

Compromisso: Salvar a memória cultural e o patrimônio material, imaterial, histórico, artístico, documental e bibliográfico.

Unidade Setorial de Planejamento (USP): 02 – Assessoria Técnica

Execução Física							Execução Orçamentária e Financeira				
Ação ⁽¹⁾ (Código e descrição)	Produto	Unidade de medida	Previsto Inicial	Previsto Atual	Em Execução	Concluído	Orçado inicial (R\$)	Orçado atual (R\$)	Empenhado (R\$)	Liquidado (R\$)	Pago (R\$)
2666– Preservação de Acervo Documental e Bibliográfico	Acervo documental preservado.	Un	1	1	1	0	250.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00

Iniciativa(s): 4 - Restaurar o acervo histórico do Registro Mercantil.

Programa: 315 – Gestão Governamental

Compromisso: 11 - Fortalecer a comunicação pública e a transparência nas ações governamentais, assim como a preservação da memória institucional do Estado e a gestão da informação.

Unidade Setorial de Planejamento (USP): 2 - Assessoria Técnica

Execução Física							Execução Orçamentária e Financeira				
Ação ⁽¹⁾ (Código e descrição)	Produto	Unidade de medida	Previsto Inicial	Previsto Atual	Em Execução	Concluído	Orçado inicial (R\$)	Orçado atual (R\$)	Empenhado (R\$)	Liquidado (R\$)	Pago (R\$)
2051 - Publicidade de Utilidade Pública	Publicidade de utilidade pública promovida	Un	1	1	0	0	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00

Iniciativa(s): 4 - Restaurar o acervo histórico do Registro Mercantil.

Programa: 308 –Inclusão Socioprodutiva e Mundo do Trabalho											
Compromisso: 2- Promover a inserção no mundo do trabalho de estudantes e egressos da educação profissional técnica de nível médio pública estadual e da educação superior, com a garantia de direitos e relações de trabalho decentes, em especial das questões de raça, etnia, gênero e pessoas com deficiência.											
Unidade Setorial de Planejamento (USP): 2 - Assessoria Técnica											
Execução Física							Execução Orçamentária e Financeira				
Ação ⁽¹⁾ (Código e descrição)	Produto	Unidade de medida	Previsto Inicial	Previsto Atual	Em Execução	Concluído	Orçado inicial (R\$)	Orçado atual (R\$)	Empenhado (R\$)	Liquidado (R\$)	Pago (R\$)
4131-Administração de Bolsa Estágio de Nível Superior Partiu Estágio/ Mais Futuro	Vagas de estágio.	Un	1	1	0	0	90.000,00	90.000,00	3.141,83	3.141,83	3.141,83
Iniciativa(s):											

Fonte: Fiplan, menu Relatórios – Planejamento – Relatório de Monitoramento e Avaliação – Acompanhamento 2020-2023 – M&A 011.

4 ÁREA ADMINISTRATIVA

4.1 Procedimentos formais da UJ

No exercício de 2022, a JUCEB realizou 04 (quatro) procedimentos licitatórios, na modalidade Pregão Eletrônico, no valor de R\$ 330.260,41 (trezentos e trinta mil duzentos e sessenta reais e quarenta e um centavos).

Foram concluídos 11 (onze) processos na rubrica Dispensa de Licitação visando à contratação de serviços e aquisição de bens, cujo valor total foi de R\$ 340.247,67 (trezentos e quarenta mil, duzentos e quarenta e sete reais e sessenta e sete centavos).

Quanto à contratação direta, na modalidade Inexigibilidade de Licitação, foram 01 (um) processo, assim totalizando o valor de R\$ 368.183,01 (trezentos e sessenta e oito mil, cento e oitenta e três reais e um centavo).

Todos os processos com embasamento na Lei Estadual de Licitações nº 9.433/2005, foi observada a premissa de proposta de preço mais vantajosa para a Administração, uma vez instruídos, são devidamente submetidos a parecer jurídico.

TABELA 9 – Licitações, dispensas e inexigibilidades

R\$1,00

Descrição	Quantidade				Valor das concluídas
	Iniciadas (1)	Em andamento (2)	Concluídas (3)	Total	
Modalidade de licitação					
Convite					
Tomada de preços					
Concorrência					
Pregão Presencial					
Pregão Eletrônico	04		04	04	320.260,41
Concurso					
Consulta					
Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC)					
Outros ⁽⁴⁾					
Subtotal					320.260,41
Contratação direta					
Dispensa	1		11	12	340.247,67
Inexigibilidade			01	01	368.183,01

Outros ⁽⁵⁾					
Subtotal					708.460,68
Total					1.028.691,09

Fonte: DAF

Notas:

⁽¹⁾ Abertas no exercício da prestação de contas e ainda não concluídas.

⁽²⁾ Abertas em exercícios anteriores ao da prestação de contas e ainda não concluídas.

⁽³⁾ Concluídas no exercício da prestação de contas.

⁽⁴⁾ Discriminar outros tipos de licitação.

⁽⁵⁾ Discriminar outros tipos de contratação direta.

TABELA 10 – Contratos firmados no exercício

Descrição	Quantidade	Valor (R\$)	
		Contratado atualizado	Desembolsado ⁽¹⁾
Contratos	09	5.581.873,72	1.311.229,43

Fonte: DAF/FIPLAN

Nota:

⁽¹⁾ Valor desembolsado no exercício (acumulado). Considera-se desembolsado o valor liquidado.

TABELA 11 – Contratos de gestão firmados no exercício

Descrição	Quantidade	Valor (R\$)	
		Contratado atualizado	Desembolsado ⁽¹⁾
Contratos de gestão			

Fonte: DAF/ FIPLAN

Nota: **NÃO OCORRÊNCIA.** Não ocorreu a celebração de contratos de gestão durante o exercício de 2022.

⁽¹⁾ Valor desembolsado no exercício (acumulado). Considera-se desembolsado o valor liquidado.

TABELA 12 – Contratos vigentes firmados em exercícios anteriores

Descrição	Quantidade	Valor contratado atualizado ⁽¹⁾ (R\$)	Desembolso ⁽²⁾ (R\$)	
			No exercício	Acumulado
Contratos	24	5.639.730,27	4.899.349,05	23.694.197,05

Fonte: DAF/ FIPLAN

Nota:

⁽¹⁾ Incluindo os aditivos.

⁽²⁾ Considera-se desembolso o valor liquidado.

TABELA 13 – Contratos de gestão vigentes firmados em exercícios anteriores

Descrição	Quantidade	Valor contratado atualizado ⁽¹⁾ (R\$)	Desembolso ⁽²⁾ (R\$)	
			No exercício	Acumulado
Contratos de gestão				

Fonte: DAF/ FIPLAN

Nota: **NÃO SE APLICA.** Não ocorreu a celebração de contratos de gestão em exercícios anteriores.

⁽¹⁾ Incluindo os aditivos.

⁽²⁾ Considera-se desembolso o valor liquidado.

QUADRO 9 – Tomadas de contas de contratos de gestão

Descrição	Quantidade
Iniciadas ⁽¹⁾	
Em andamento ⁽²⁾	
Concluídas ⁽³⁾	

Fonte: DAF/ FIPLAN

Notas: **Conforme a ausência da celebração de contratos de gestão no exercício de 2021, bem como em exercícios anteriores, não houve, desta forma a tomada de contas.**

⁽¹⁾ Instauradas no exercício da prestação de contas e ainda não concluídas.

⁽²⁾ Instauradas em exercícios anteriores ao da prestação de contas e ainda não concluídas.

⁽³⁾ Encerradas no exercício da prestação de contas.

TABELA 14 – Convênios de captação

Descrição	Quantidade			Valor total conveniado o atualizado (R\$) ⁽⁴⁾	Recebimento (R\$)	
	Iniciados ⁽¹⁾	Em andamento ⁽²⁾	Encerrados ⁽³⁾		No exercício	Acumulado
Convênios						
Outros Ajustes ⁽⁵⁾						
Total						

Fonte: ASTEC

Notas: **NÃO OCORRÊNCIA. Não ocorreu a celebração de convênios de captação de recursos realizados no exercício em referência, bem como em exercícios anteriores.**

⁽¹⁾ Celebrados no exercício da prestação de contas e ainda não encerrados.

⁽²⁾ Celebrados em exercícios anteriores ao da prestação de contas e ainda não encerrados.

⁽³⁾ Encerrados no exercício da prestação de contas. Considera-se encerrado o convênio na data final de sua vigência.

⁽⁴⁾ Valor original mais os aditivos dos convênios vigentes no exercício da prestação de contas.

⁽⁵⁾ Instrumentos que têm a natureza de convênio mas que possuem outra denominação.

TABELA 15 – Convênios de repasse

Descrição	Quantidade			Valor total conveniado atualizado (R\$) ⁽⁴⁾	Desembolso ⁽⁵⁾ (R\$)	
	Iniciados ⁽¹⁾	Em andamento ⁽²⁾	Encerrados ⁽³⁾		No exercício	Acumulado
Convênios						
Outros Ajustes ⁽⁶⁾						
Total						

Fonte: ASTEC

Notas: **NÃO OCORRÊNCIA. Não ocorreu a celebração de convênios de repasse de recursos realizados no exercício em referência, bem como em exercícios anteriores.**

⁽¹⁾ Celebrados no exercício da prestação de contas e ainda não encerrados.

⁽²⁾ Celebrados em exercícios anteriores ao da prestação de contas e ainda não encerrados.

⁽³⁾ Encerrados no exercício da prestação de contas. Considera-se encerrado o convênio na data final de sua vigência.

⁽⁴⁾ Valor original mais os aditivos dos convênios vigentes no exercício da prestação de contas.

⁽⁵⁾ Considera-se desembolso o valor liquidado.

⁽⁶⁾ Instrumentos que têm a natureza de convênio mas que possuem outra denominação, tais como: Termos de Outorga, Termo de Acordo e Compromisso, Termo de Adesão ao PETE etc..

QUADRO 10 – Tomadas de contas de convênios de repasse

Descrição	Quantidade
Iniciadas ⁽¹⁾	
Em andamento ⁽²⁾	
Concluídas ⁽³⁾	

Fonte: ASTEC

Notas: **NÃO OCORRÊNCIA.** Não ocorreu a celebração de convênios de repasse de recursos realizados no exercício em referência, bem como em exercícios anteriores.

⁽¹⁾ Instauradas no exercício da prestação de contas e ainda não concluídas.

⁽²⁾ Instauradas em exercícios anteriores ao da prestação de contas e ainda não concluídas.

⁽³⁾ Encerradas no exercício da prestação de contas.

TABELA 16 – Acordos de cooperação, termos de fomento e termos de colaboração

Descrição	Quantidade			Valor total atualizado (R\$) ⁽⁴⁾	Desembolso ⁽⁵⁾ (R\$)	
	Iniciados ⁽¹⁾	Em andamento ⁽²⁾	Encerrados ⁽³⁾		No exercício	Acumulado
Acordos de Cooperação	38	35	03	-	-	-
Termos de Fomento						
Termos de Colaboração						
Total						

Fonte: ASTEC

Notas:

⁽¹⁾ Celebrados no exercício da prestação de contas e ainda não encerrados.

⁽²⁾ Celebrados em exercícios anteriores ao da prestação de contas e ainda não encerrados.

⁽³⁾ Encerrados no exercício da prestação de contas. Considera-se encerrado na data final de sua vigência.

⁽⁴⁾ Valor original mais os aditivos dos acordos/termos vigentes no exercício da prestação de contas.

⁽⁵⁾ Considera-se desembolso o valor liquidado.

QUADRO 11 – Tomadas de contas de acordos de cooperação, termos de fomento e termos de colaboração

Tomadas de contas de acordos de cooperação	
Descrição	Quantidade
Iniciadas ⁽¹⁾	
Em andamento ⁽²⁾	
Concluídas ⁽³⁾	
Tomadas de contas de termos de fomento	
Descrição	Quantidade
Iniciadas ⁽¹⁾	
Em andamento ⁽²⁾	
Concluídas ⁽³⁾	
Tomadas de contas de termos de colaboração	
Descrição	Quantidade
Iniciadas ⁽¹⁾	

Em andamento ⁽²⁾	
Concluídas ⁽³⁾	

Fonte:

Notas:

⁽¹⁾ Instauradas no exercício da prestação de contas e ainda não concluídas.

⁽²⁾ Instauradas em exercícios anteriores ao da prestação de contas e ainda não concluídas.

⁽³⁾ Encerradas no exercício da prestação de contas.

QUADRO 12 – Sindicâncias e processos administrativos disciplinares

Descrição	Quantidade		
	Iniciados (1)	Em andamento (2)	Concluídos (3)
Sindicâncias	02	0	02
Processos administrativos disciplinares	0	0	0

Fonte: JUCEB

Notas:

⁽¹⁾ Instaurados no exercício da prestação de contas e ainda não concluídas.

⁽²⁾ Instaurados em exercícios anteriores ao da prestação de contas e ainda não concluídas.

⁽³⁾ Encerrados no exercício da prestação de contas.

4.2 Área patrimonial

Concernente à situação patrimonial da JUCEB, através do inventário, exercício 2022, foi realizado levantamento sistemático pelo Sistema de Administração de Patrimônio - SIAP, dos bens móveis de natureza permanente na Junta Comercial do Estado da Bahia - JUCEB, localizados na SEDE, bem como no Edifício Estados Unidos 4º e 5ª andar.

No que remete ao inventário, no sentido de validar as informações pertinentes a cada bem patrimonial, sobretudo, ao que se refere aos itens de informática, foi adotado outra medida de ordem preventiva, sendo gerado pela CGTI um termo de responsabilidade, o qual foi devidamente assinado por cada colaborador que tem sobre si a responsabilidade da guarda dos equipamentos de informática a sua disposição, em suas respectivas residências, desta forma garantindo um controle desses bens por parte da Coordenação de Material e Patrimônio.

É apropriado elencar, que não obtivemos êxito nas várias tentativas de criar subunidades dentro de uma diretoria ou equivalente no Sistema SIAP, cujo objetivo era aprimorar o controle dos bens patrimoniais de natureza permanentes, tornando ágil a vinculação da origem e/ou Unidades Locais. Apesar da negativa, essa falta de uniformidade não trouxe impacto no resultado final dos controles internos.

Ao mesmo tempo foi feita em primeira tentativa a utilização do sistema SIAP Mobile, novo sistema que de controle patrimonial da SAEB, porem mesmo com as tentativas não foi feito com êxito pois em algum momento foi encontrado inconsistência no sistema impossibilitando gerar todos os relatórios e no momento de carregar os dados para o SIAP Web apresentou erro ao tentar carregar.

Quanto ao Contrato de Comodato nº 001/2015, encontra-se vencido desde fevereiro de 2020. Trata-se de bens de natureza permanentes que não estão em conformidade com a padronização adotada pela JUCEB. Através do Processo SEI nº 064.1829.2020.0001628-96, foram realizadas várias tratativas junto a Secretaria Municipal de Amparo à Pobreza – SEMPRES, para as doações dos bens, objeto do instrumento, a qual até o momento não houve retorno da parte. Caso os referidos bens não sejam aceitos, por doação, pela supracitada Secretaria, formalizaremos uma Comissão de recebimento dos mesmos para a avaliação dos bens e as devidas baixas patrimoniais com posterior encaminhamento à SAEB para leilão.

Visando validar os saldos decorrentes do Balancete Mensal por Período (SIMPAS) frente ao razão analítico conta corrente FIP 630 (FIPLAN) foi evidenciado uma diferença a qual providências estão sendo tomadas para regularização da mesma. Por fim, foi averiguado através do Relatório Final de Inventário – Final de Exercício, disponibilizado através do SIMPAS – Sistema Integrado de Material Patrimônio e Serviços, data de emissão 14/02/2022 - Almoxarifado da JUCEB - 15.600-0014, que o ESTOQUE FÍSICO, confere com o RELATÓRIO DE ITENS DE ESTOQUE, totalizando através do Razão Analítico por Conta / Conta Corrente (FIP630) – 01/01/2022 a 31/12/2022, emissão: 06/01/2023, através do FIPLAN, o saldo financeiro de R\$ 89.661,32 (oitenta e nove mil seiscentos e sessenta e um reais e trinta e dois centavos).

TABELA 17 – Movimentação dos bens de consumo e permanentes

R\$1,00

Descrição	Saldo inicial	Entradas	Saídas	Saldo final
Bens de consumo	82.918,07	223.617,53	56.916,84	249.618,76
Bens permanentes	4.295.728,32	569.024,00	-	4.859.852,32
Total	4.378.646,39	792.641,53	56.916,84	5.109.471,08

Fonte: DAF/CMP

TABELA 18 – Movimentação quantitativa do patrimônio imobiliário

Tipo de	Quantidade	Incorporações	Baixas	Alienações	Doações	Cessões	Quantidade
---------	------------	---------------	--------	------------	---------	---------	------------

imóvel	inicial						final
Terreno	-	-	-	-	-	-	-
Fazenda	-	-	-	-	-	-	-
Edificação	1	0	0	0	0	0	1
Barragem	-	-	-	-	-	-	-
Adutora	-	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: DAF/CMP

QUADRO 13 – Resumo do Relatório da Comissão de Inventário de bens de consumo

Situação identificada ⁽¹⁾	Quantidade	Recomendações para correção das irregularidades apontadas

Fonte: DAF/FIPLAN

Nota: NÃO OCORRÊNCIA

⁽¹⁾ Relacionar as situações identificadas como irregulares pela Comissão de Inventário

QUADRO 14 – Resumo do Relatório da Comissão de Inventário de bens permanentes

Situação identificada ⁽¹⁾	Quantidade	Recomendações para correção das irregularidades apontadas
Não houve realização do levantamento dos escritórios regionais	34	Realizar o levantamento dos bens móveis constantes em todos os 34 escritórios regionais
Não houve tombamento dos livros pertencentes à JUCEB	185	Tombar os livros que fazem parte do acervo histórico da JUCEB que estão sob a guarda da Fundação Pedro Calmon – FPC
Itens do contrato de comodato vencido e não regularizado	832	Regularizar os itens referentes ao contrato de comodato
Bens com a mesma característica com tombos em locais diferentes		Padronizar a colocação das plaquetas
Bens que foram alterados e não informados		Informar com brevidade a CMP sobre qualquer movimentação.

Fonte: DAF/FIPLAN

Nota:

⁽¹⁾ Relacionar as situações identificadas como irregulares pela Comissão de Inventário.

5 ÁREA DE PESSOAL

5.1 Análise da gestão de pessoal

No exercício de 2022, tivemos um aumento de despesas, relativo à folha de pagamento de pessoal, em 10,32%, em decorrência a reestruturação dos cargos efetivos e comissionados. Para o ano base de 2021, até a presente data não ocorreu à apresentação da RAIS, cuja competência encontra-se a cargo da Secretária da Administração do Estado da Bahia - SAEB. Concernente ao controle utilizado por essa autarquia para coibir a acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos, é realizado a solicitação de matrícula para a admissão de novos servidores, pela Coordenação de Pessoal dessa autarquia, através do RH Bahia, sistema informatizado de gestão de Recursos Humanos do Estado da Bahia. Implantado pela Secretaria de Administração do Estado da Bahia (Saeb) em parceria com a Companhia de Processamento de Dados do Estado (Prodeb), que entre outras finalidades, realiza o cruzamento de dados, evitando a prática de tal irregularidade, impossibilitando a geração da matrícula para pessoas que já estejam constantes no banco de dados.

TABELA 19 – Pessoal por natureza da vinculação

Natureza da vinculação	Quantidade em 31/12	
	2021	2022
Servidores da UJ/Empregados da UJ		
Efetivos	48	45
Celetistas	0	0
À disposição de outros órgãos	1	1
Subtotal	49	46
Outros		
REDA	0	0
Prestação de Serviço Temporário (PST)	0	0
De outros órgãos à disposição da UJ	24	24
Subtotal	24	24
Total	73	70

Fonte: Fonte: DAF/FIPLAN

Nota: "Empregados da UJ" e "Prestação de Serviço Temporário (PST)" quando se tratar de Estatais Dependentes.

TABELA 20 – Cargos comissionados

Descrição	Quantidade em 31/12	
	2021	2022
Com vínculo	03	03
Sem vínculo	64	64
Total	67	67

Fonte: DAF/FIPLAN

TABELA 21-A – Evolução da despesa de pessoal sem encargos sociais

Descrição	Total da despesa empenhada (R\$)		% de variação
	2021	2022	
Servidores	9.134.801	10.077.591	+ 9,35%
REDA			
Total			

Fonte: DAF/FIPLAN

TABELA 21-B – Evolução da despesa de pessoal sem encargos sociais

Descrição	Total da despesa (R\$)		% de variação
	2021	2022	
Empregados			
Diretores			
Membros do Conselho de Administração			
Membros do Conselho Fiscal			
Total			

Fonte: Fonte: DAF/FIPLAN

Nota: NÃO SE APLICA

TABELA 22 – Detalhamento da remuneração dos diretores

Descrição	Total	
Remuneração dos diretores	2021	2022
I – Remuneração fixa (a+b+c+d)		
a) salário ou pró-labore		
b) benefícios diretos e indiretos		
c) remuneração por participação em comitês		
d) outros		
II – Remuneração variável (e+f+g+h+i)		
e) bônus		
f) participação nos resultados		
g) remuneração por participação em reuniões		
h) comissões		
i) outros		
III – Total da remuneração (I + II)		

Fonte: DAF/FIPLAN

Nota: **NÃO SE APLICA**

QUADRO 15 – Movimentação de pessoal no exercício

Descrição	Quantidade
Admissões	
Efetivo	0
Cargo comissionado	24
REDA	0
Exoneração/Desligamento	
Efetivo	1
Cargo comissionado	14
REDA	0
Disponibilização	
De outros órgãos	0
Para outros órgãos	0
Aposentadoria	3

Fonte: DAF/FIPLAN

6 CONTROLE INTERNO

A Comissão de Controle Interno – CCI da Junta Comercial do Estado da Bahia,

através da Portaria nº 47/2022, publicada no D.O.E de 16/09/2022, no exercício de 2022, atuou em conformidade com o Decreto nº 16.059, de 30 de abril de 2015, que disciplina as suas atividades, juntamente com as Orientações Técnicas e procedimentos editados pela Auditoria Geral do Estado – AGE, efetuando o acompanhamento, controle e fiscalização da execução orçamentária, financeira e patrimonial, por amostragem, na tentativa de assegurar a conformidade dos atos e fatos administrativos quanto à legalidade, legitimidade e economicidade, bem como de aprimorar as atividades desenvolvidas pelas áreas.

Integraram a referida Comissão os seguintes servidores relacionados:

Servidor	Matrícula
Laura Elisa Modesto Lima	645480487
Margarida Szabo de Araújo	47011209
Fernanda Maiara Souza Nascimento	92071274
Josemar Souza Santos	102476525
Maria das Dores Silva dos Anjos	47011160
Vanessa de Oliveira Corrêa	64604169
Jaqueline Márcia Castro Santos	11228269

Neste sentido, foram realizadas inspeções nas áreas de Convênios, Contratos, Licitação, Dispensa de Licitações, Inexigibilidade, Diárias, Adiantamento, Passagens, Controle Patrimonial, Controle de Frota, Recursos Humanos, Dosimetria, Controle de Estoque, estabelecidos previamente no Plano de Ação, aprovado pela Presidência e encaminhada à AGE.

Após a conclusão dos trabalhos, decorrentes de análises de processos, vistorias in loco, e de aplicações de checklists, foram emitidos Relatórios de Inspeção, evidenciando os achados e as respectivas recomendações que são fundamentais para o aprimoramento das atividades, e encaminhados às áreas inspecionadas.

Para complementar a execução dos trabalhos, a Comissão de Controle Interno utilizou-se de planilhas de controles e acompanhamento, bem como de consulta aos sistemas relacionados abaixo:

- Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças (FIPLAN);
- Sistema Integrado de Material, Patrimônio e Serviços (SIMPAS);
- FIPLAN Gerencial;
- Sistema de Administração do Patrimônio (SIAP).

Vale salientar que, a Administração vem, constantemente, adotando e implementando as providências necessárias para corrigir as inconsistências encontradas nas análises da Coordenação de Controle Interno e tem buscado orientar os colaboradores, de modo a aprimorar os procedimentos internos e cumprir determinações legais em consonância com os princípios da Administração Pública.

QUADRO 16 – Trabalhos de auditoria realizados no exercício pelo controle interno da UJ

Setor abrangido	Natureza da auditoria/inspeção
Diretoria Administrativo-Financeira – DAF	A auditoria verificou procedimentos e fluxos dos seguintes processos: solicitação de diárias, solicitação de passagem, solicitação de adiantamento, elaboração de contratos, licitações, folha de pagamento.
Assessoria Técnica – ASTEC	A auditoria verificou procedimentos e fluxos do processo de elaboração de convênios e congêneres.
Diretoria de Registro Empresarial – DRE	A auditoria verificou as ocorrências de Reclames ao DREI, serviço voltado ao público-alvo para medição do atendimento das Juntas Comerciais.

Fonte: CCI/JUCEB

7 CONTROLE EXTERNO

QUADRO 17 – Determinações/recomendações do TCE/BA

Determinações / recomendações	Ações adotadas	Justificativa
Processo TCE n.º		
TCE/010213/2022	A JUCEB procedeu com a	

	realização dos esclarecimentos face a denúncia realizada por empresa desclassificada em processo licitatório.	

Fonte: JUCEB

QUADRO 18 – Recomendações dos demais órgãos de controle

Identificação do Relatório ⁽¹⁾	Recomendações	Ações adotadas	Justificativa
Trabalhos realizados pela Auditoria Geral do Estado (AGE)			
Trabalhos realizados pela Controladoria Geral da União (CGU)			
Trabalhos realizados pelo Tribunal de Contas da União (TCU)			
Outros trabalhos de auditoria (Aplicável para Autarquias e Fundações Públicas)			
Trabalhos realizados por auditores privados (aplicável para Estatais Dependentes)			

Fonte: ASTEC
NÃO OCORRÊNCIA

Salvador, 01 de março de 2023.